



Universidade de Brasília
Faculdade de Educação - FE
Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – ENDICA
Escola Nacional de Socioeducação - ENS

**Capacitar e formar em tempos pandêmicos:
uma avaliação participativa das ações
socioeducativas em meio aberto do Centro de
Referência Especializado de Assistência Social
e dos técnicos de referência da Proteção
Especial da Comarca de Porto Nacional,
Tocantins**

Quinara Resende Pereira da Silva Viana

Brasília, 2022



Universidade de Brasília
Faculdade de Educação - FE
Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – ENDICA
Escola Nacional de Socioeducação - ENS

**Capacitar e formar em tempos pandêmicos:
uma avaliação participativa das ações
socioeducativas em meio aberto do Centro de
Referência Especializado de Assistência Social
e dos técnicos de referência da Proteção
Especial da Comarca de Porto Nacional,
Tocantins**

Quinara Resende Pereira da Silva Viana

Trabalho de conclusão do Curso de
Especialização em Garantia dos Direitos e
Política de Cuidados à Criança e ao
Adolescente.

Orientador: Professor Dr. Potyguara Alencar dos
Santos

Brasília, 2022

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

VV614c VIANA, QUINARA RESENDE PEREIRA DA SILVA
Capacitar e formar em tempos pandêmicos: uma avaliação participativa das ações socioeducativas em meio aberto do Centro de Referência Especializado de Assistência Social e dos técnicos de referência da Proteção Especial da Comarca de Porto Nacional, Tocantins / QUINARA RESENDE PEREIRA DA SILVA VIANA; orientador Potyguara Alencar dos Santos. -- Brasília, 2022.
31 p.

Monografia (Especialização - Especialização em Garantia dos Direitos e Política de Cuidados à Criança e ao Adolescente.) -- Universidade de Brasília, 2022.

1. Medidas socioeducativas em meio aberto Articulação intersetorial.. 2. Período pandêmico. 3. Capacitações/formações continuadas. 4. Equipe técnica. 5. Articulação intersetorial. I. Santos, Potyguara Alencar dos , orient. II. Título.

Ata de Avaliação

Quinara Resende Pereira da Silva Viana

Capacitar e formar em tempos pandêmicos: uma avaliação participativa das ações socioeducativas em meio aberto do Centro de Referência Especializado de Assistência Social e dos técnicos de referência da Proteção Especial da Comarca de Porto Nacional, Tocantins

Trabalho de conclusão do Curso de
Especialização em Garantia dos Direitos e
Política de Cuidados à Criança e ao Adolescente.
Orientador: Prof. Dr. Potyguara Alencar dos
Santos.

APROVADA EM 6/03/2022

Orientadora:

Prof. Dr. Potyguara Alencar dos Santos.

Avaliador Externo:

Dayane Silva Rodrigues

Resumo

A pesquisa de resultados comunicados por este capítulo evidenciou a importância das capacitações/formações no serviço de medidas socioeducativas em meio aberto. Para tanto, propôs-se uma avaliação da política de formação continuada em meios institucionais executada durante o período pandêmico nos centros de referência especializado de Assistência Social da Comarca de Porto Nacional, Tocantins. A partir de uma pesquisa baseada no método da avaliação participativa de políticas públicas, foi aplicado, como instrumento da recolha sistemática dos dados, um questionário estruturado com equipes de referência e técnicas(os) da Proteção Especial que atuam na Comarca de Porto Nacional, Tocantins. O estudo jogou luz sobre os perfis profissionais que atuam naquele contexto e sobre as suas opções por capacitações/formações, dando destaque para as dificuldades técnicas de consecução de medidas de qualificação profissional dentro das instituições; realidade que acaba criando óbices ao adequado cumprimento das medidas socioeducativas.

Palavras Chave: Medidas socioeducativas em meio aberto; Período pandêmico; Capacitações/formações continuadas; Equipe técnica; Articulação intersetorial.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
METODOLOGIA.....	12
LEVANTAMENTO, ANÁLISE E RESULTADO.....	13
CONCLUSÃO.....	23
REFERÊNCIAS.....	25
APÊNDICES E ANEXOS	27
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	27
Roteiro do Questionário da Pesquisa.....	29
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	31
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS.....	31

INTRODUÇÃO

O capítulo em apresentação surge de uma pesquisa sobre as medidas gerenciais que envolvem a implementação de ações dentro da equipe do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS e dos técnicos de referência da Proteção Especial da Comarca Porto Nacional, Tocantins. A problemática orientadora da pesquisa se perguntava, de forma específica, como a capacitação contínua no serviço de medidas socioeducativas em meio aberto aconteceu no período pandêmico, e que práticas foram aplicadas para sua realização. Também buscando reduzir aprendizados técnicos possam servir de medidas replicadoras nesses contextos.

Trata-se de uma pesquisa quanti-quantitativa desenvolvida a partir das experiências das equipes de referências ou técnicos de referências do Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto no período compreendido entre março de 2020 a dezembro de 2021. Priorizou-se a análise dos planos de ação dos centros a partir da aplicação de questionário estruturado com os profissionais, dos quais foram reduzidos seus perfis técnicos e as formas de envolvimento com a política de incentivo à capacitação/formação.

Evidenciou-se que o processo de aprimoramento técnico das equipes e dos técnicos se faz necessário em decorrência das constantes atualizações que ocorrem na legislação e nos demais procedimentos, interpretações e instrumentos de atendimento aos adolescentes em conflito com a lei. Dessa forma, a qualificação do trabalho técnico e da oferta do serviço é de suma importância para a eficácia e eficiência do atendimento e para a contribuição da mudança de trajetórias de vidas.

A pesquisa foi realizada com a equipe do serviço de medidas socioeducativas em meio aberto no Centro de Referência Especializado de Assistência Social de Porto Nacional-Tocantins e com os técnicos de referência do serviço de medidas socioeducativas em meio aberto de sete cidades: Brejinho de Nazaré, Fátima, Ipueiras, Monte do Carmo, Oliveira de Fátima, Santa Rita do Tocantins e Silvanópolis.

A escolha da instituição e dos técnicos se deu em decorrência da necessidade de se formar equipes qualificadas para o serviço de medidas socioeducativas em meio aberto executados nos municípios brasileiros que, por suas complexidades, exigem formação continuada.

Atualmente, o período pandêmico impediu que as capacitações fossem realizadas presencialmente. Por dificuldades gerenciais comuns ao período pandêmico – quanto quase todo os esforços profissionais e de recursos foi destinado ao combate dos efeitos do SARS-Cov-2 (Covid-19) –, os governos municipais também tiveram dificuldade de garantir a qualificação das equipes.

As práticas analisadas pela pesquisa consideraram a qualificação do atendimento socioeducativo e o fortalecimento intersetorial com as políticas setoriais e com o Sistema de Justiça, considerando o caráter pedagógico e de responsabilização que devem ser priorizados na execução do cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto. Com base em índices de avaliação levantados por outros estudos sobre políticas públicas de formação técnico-profissional em meio público (ALVES e VIEIRA, 2005), foi considerada a importância da efetividade das políticas de capacitação em diferentes níveis de atenção:

1. *Perspectiva organizacional*: observando a estrutura organizacional, mudanças organizacionais, gestão de recursos humanos e financeiros e procedimentos administrativos.
2. *Perspectiva técnica*: priorização da capacitação contínua pelos gestores, levando o maior número de capacitações para os técnicos.
3. *Perspectiva política*: envolvimento e identificação de quem precisa ser capacitado e compreensão de suas ideologias e interesses essenciais, estratégias e recursos.

Tentando promover uma pesquisa que produzisse um perfil da comarca e produzisse uma reflexão adequada ao momento excepcional causado pela pandemia, o objetivo focalizado pelo estudo foi o de promover uma avaliação da política de formação continuada para a equipe técnica responsável pelo acompanhamento do serviço de medidas socioeducativas em meio aberto de forma interdisciplinar e em complementariedade com as equipes e técnicos de

outros serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e de outros técnicos da rede intersetorial de atendimento socioeducativo.

Com o objetivo paralelo, a pesquisa buscou: (i.) construir uma visão perspectiva sobre os efeitos das ações executivas de capacitação e de formação continuadas inerentes à execução dos serviços de medidas socioeducativas em meio aberto na Comarca de Porto Nacional-Tocantins; (ii.) produzir uma pesquisa quanti-quantitativa realizando o levantamento de quantos técnicos receberam capacitação/formação continuada durante o período pandêmico na Comarca de Porto Nacional-Tocantins; (iii) construir uma visão com predomínio da meritocracia de capacitação e formações continuadas inerentes à execução dos serviços de medidas socioeducativas em meio aberto na Comarca de Porto Nacional-Tocantins.

A Constituição Federal de 1988 prevê o caráter participativo da formulação, gestão e execução das políticas sociais com a finalidade de ofertar um serviço de forma eficaz e eficiente. A Convenção Internacional sobre os Direitos da criança é um tratado que dispõe à proteção de crianças e adolescentes mundialmente e foi aprovada na Resolução 44/25 da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989. Nele, também se assinala a importância de ações qualificadas que atendam, ao mesmo tempo, as especificidades dos mundos da vida das crianças e dos adolescentes e a garantia de serviços globais de qualidade.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, as medidas socioeducativas devem possibilitar ao adolescente em conflito com a lei um atendimento integral, estabelecendo uma relação interpessoal e coletiva de direitos e deveres com valorização dos vínculos familiares e ressignificação da convivência familiar e comunitária.

Com a promulgação da Lei n. 12594, Lei do Sinase, instituída em 18 de janeiro de 2011, promoveu-se a obrigatoriedade do poder público garantir um espaço de formação continuada para equipe e rede intersetorial de atendimento socioeducativo. Nesse sentido, a intervenção para que ocorra as capacitações e formações continuadas na Comarca de Porto Nacional-Tocantins estão para além do planejamento executivo interno das suas metas institucionais; elas se inscrevem, por outra, na obrigatoriedade normativa prevista por instrumentos legais, como é o caso da Lei do Sinase.

Em termos de um acúmulo teórico e metodológico sobre o tema da avaliação de políticas e ações públicas de formação/capacitação, autores como Costa e Castanhar (2003) nos oferecem contribuições essenciais ao dispor a iniciativa de avaliação dentro de uma proposta de pesquisa sistemática que contenha a fase exploratória, através da qual se identifique o projeto de metas institucionais como elemento que ajuda a mapear um caminho a ser seguido durante a avaliação fazendo referência aos elementos constitutivos (humanos, técnicos e políticos) da ação política.

Para caracterizar saídas conceituais e metodológicas possíveis para a avaliação adequada da qualidade técnica das medidas socioeducativas, autoras como Laisner (2019) têm investido no aprimoramento de “metodologias participativas”; isto é: formas de captura e sistematização de dados que tornem horizontalizadas as iniciativas de recuperação de “trajetórias institucionais e conteúdos” da política e dos seus agentes, bem como construam um plano dialógico intensivo de reflexão entre o avaliador e o segmento local. Os objetivos priorizados pelo conceito de “participação” utilizado por Laisner (2019) visam garantir que, necessariamente, toda avaliação se torne, dada sua efetividade técnica finalística, uma necessária tecnologia de requalificação continuada das ações avaliadas:

A proposta do modelo participativo almeja a garantia de resultados mais condizentes com a realidade daqueles sujeitos que são os alvos da política [...] Por isso, associa-se a participação à capacidade de gerar efeitos distributivos, quando realizadas no marco de instituições incumbidas de orientar as políticas e as propriedades de alocação de recursos (LAISNER, 2019, p. 83).

A própria avaliação concentrada que é prevista pelo esforço deste capítulo – ela própria de natureza “participativa”, por trazer as opiniões e dados dos agentes profissionais da política ao conhecimento dos seus operadores locais –, torna-se, ela própria, uma medida que visa produzir efeitos na requalificação do órgão e das suas competência internas; em primeira mão, atingindo a sua autora, e, sequencialmente, o corpo técnico partícipe do estudo, que receberá e dialogará com os dados sistematizados, após a publicação.

No âmbito desta pesquisa, a “participação” desses técnicos como respondentes dos questionários que discorrem sobre as suas próprias qualidades profissionais e sobre as oportunidades formativas dadas a eles se apresenta como uma intervenção indireta – pois mediatizada por este estudo –, em que esses profissionais contribuem para os “efeitos redistributivos” (LAISNER, 2019) internos da política: ou seja, suas participações e a consideração dos dados executivos e interpretativos gerados por elas podem modificar a forma que a instituição valoriza (ou deveria valorizar) o aperfeiçoamento técnico dos seus profissionais.

Sob essa ótica, aprofundar os conceitos sobre as medidas socioeducativas é tarefa que se impõe, assim como também o é a necessidade das trocas de experiências *in situ* – isto é, no cotidiano empírico institucional – e o aprimoramento da aplicação e execução das medidas socioeducativas em meio aberto e o fortalecimento da rede de proteção e garantia de direitos dos adolescentes. Assim, gestores públicos em período pandêmico (ou em períodos com as mesmas excepcionalidades) devem ter o compromisso de continuar ofertando capacitações/formações continuadas, seja por razão das expectativas legais relacionados às políticas públicas – como é o caso da Lei do Sinase –, seja pelo compromisso tácito com a efetividade e eficiência com as políticas e direitos das crianças e dos adolescentes.

Cumprindo com o de regra para a conclusão da maioria dos teóricos em políticas públicas (CARVALHO, 2003; COSTA e CASTANHAR, 2003), no esforço de avaliação é necessário identificar deficiências para que lacunas sejam preenchidas entre o compromisso político e as ações de política com a finalidade de investigação sistemática da eficácia de políticas que irão fundamentar a tomada de decisões dos gestores.

Assim, articulando uma abordagem metodológica em avaliação continuada e participativa de políticas públicas, tal qual se baseou a pesquisa de resultados aqui apresentados, autores como Frey (2000) dispõem que o agir público pode ser dividido em fases parciais do processo político administrativo de resolução de problemas, que correspondem a uma sequência de elementos do processo; como em todas as propostas de divisões do ciclo político, essas fases são a formulação, a implementação e do controle dos impactos das políticas. Ressalta-se que “a fase da avaliação é imprescindível para o

desenvolvimento e a adaptação contínua das formas e instrumentos de ação pública” (FREY, 2000, p. 229); e que um dos fatores decisivos a serem considerados deve ser, exatamente, o da eficiência medida pela atuação qualificada do corpo técnico-profissional envolvido.

Constatada a ocorrência ou necessidade de mudanças nos regimes de execução de metas políticas – como, por exemplo, a relação ideal entre a complexidade dos municípios da Comarca de Porto Nacional (TO) e a sua relação com o número e com a qualidade dos técnicos que são demandados para tal território –, estabelece-se a relação causa-efeito entre as ações de um programa e o resultado final adquirido, evidenciando que aperfeiçoamentos são necessários para a continuidade ou ampliação de uma certa efetividade (GARCIA, 2001; CARVALHO, 2003; COSTA e CASTANHAR, 2003). É na direção de esforços avaliativos desta natureza que se espera que este tudo venham a garantir suas contribuições.

METODOLOGIA

A pesquisa de resultados aqui movimentados é de natureza quali-quantitativa e exploratória: ou seja, demanda, necessariamente, atualizações e expansões progressivas do seu escopo analítico ao longo do tempo (DESLANDES, 1993). Ela teve por objetivo evidenciar de que forma as capacitações/formações em meios institucionais do serviço de medidas socioeducativas em meio aberto foram realizadas no período pandêmico.

Assim, envolveu levantamento bibliográfico e aplicação de questionário estruturado com técnicos que atuam no serviço de medidas socioeducativas em meio aberto na Comarca de Porto Nacional, Tocantins. O instrumento do questionário serviu para a avaliação da existência de capacitações/formações ofertadas, pensando qual formato foi utilizado e, claro, se esse resultado se mostra adequado em sua exequibilidade técnica e social.

O questionário continha 6 (seis) perguntas fechadas (questões objetivas de assinalar): (1.) Qual sua formação acadêmica? (2.) Há quanto tempo atua no serviço de medidas socioeducativas em meio aberto? (3.) Qual cidade da Comarca de Porto Nacional-Tocantins compreende sua atuação? (4.) No período pandêmico foi ofertado no âmbito municipal capacitações/formações

no campo das medidas socioeducativas em meio aberto? (5.) Tem conhecimento de cursos *online* ofertados pelo portal Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente/Escola Nacional de Socioeducação-ENDICA/ENS? (6.) Prefere cursos *online* ou presenciais para capacitações/formações?

O questionário foi previamente enviado através do aplicativo de mensagens WhatsApp para 13 (onze) profissionais atuantes no sistema socioeducativo das cidades de Porto Nacional, Brejinho de Nazaré, Fátima, Ipueiras, Monte do Carmo, Oliveira de Fátima, Santa Rita do Tocantins e Silvanópolis. A abordagem para o recolhimento das respostas foi realizada de forma presencial ou através do contato telefônico. Havendo necessidade de manifestações mais discursivas e subjetivas dos interlocutores respondentes, essas também seriam aproveitadas pela pesquisa.

As perguntas foram elaboradas com base na necessidade e nas dificuldades de realização de capacitações/formações continuadas no âmbito do serviço das medidas socioeducativas em meio aberto. Fazendo-se essencial analisar os conteúdos produzidos através desses instrumentais que trarão suporte para realização de outras ações formativas no período pandêmico e, obviamente, para além dele.

Os questionários enviados foram respondidos e os técnicos encaminharam em anexo um termo de consentimento livre e esclarecido declarando a concordância com a entrevista, esclarecendo que o uso das informações oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde (*vide* Apêndices, p. 25).

LEVANTAMENTO, ANÁLISE E RESULTADO

A Comarca de Porto Nacional-Tocantins encontra-se localizada a 70,3 Quilômetros da capital Palmas e sua história está associada à navegação pelo Rio Tocantins (hoje Lago UHE) e à extração do ouro. A centenária comarca de Porto Nacional, conhecida como “berço cultural”, quinta maior do Tocantins,

além da cidade, é integrada pelos municípios de Brejinho de Nazaré, Fátima, Ipueiras, Monte do Carmo, Oliveira de Fátima, Santa Rita e Silvanópolis.

Com uma área territorial de 4.434,680 Km² e população estimada de 53.618 pessoas, conforme IBGE (2021), Porto Nacional ainda é considerado um município de pequeno porte II, possui uma unidade pública, do Centro de Referência Especializado em Assistência Social-CREAS, que, conforme dispõe a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), possui equipe de referência composta por: 1 coordenadora (o), 1 assistente social, 1 psicóloga (o), 1 advogada (o), 2 profissionais de nível superior ou médio (atuando na abordagem dos usuários) e 1 auxiliar administrativo que atendem os adolescentes em conflito com a lei que estejam cumprindo medidas socioeducativas em meio aberto: prestação de serviços à comunidade ou liberdade assistida.

Por prestação de serviços à comunidade, entende-se um acompanhamento feito ao adolescente por um período de, no máximo, seis meses. Neste acompanhamento, o adolescente é encaminhado para executar tarefas em entidades, com no máximo oito horas por semana, em período que não comprometam os horários de atividades escolares. O adolescente é acompanhado por uma orientadora(o) socioeducativo que em conjunto com a equipe ou técnico de referência estará em constante diálogo, preservando o caráter pedagógico e de responsabilização das medidas socioeducativas.

Por liberdade assistida, entende-se que o adolescente terá um acompanhamento sistemático da equipe que, juntamente com sua família, será encaminhado para os serviços socioassistenciais existentes nos municípios. É priorizado o seu retorno ou permanência na escola e frequência ao CREAS ou unidade de atendimento socioeducativo pelo período mínimo de seis meses, não havendo obrigatoriedade de prestação de serviços à comunidade.

Na região da Comarca de Porto Nacional, figuram-se municípios com realidades diferentes que têm níveis de arrecadações de recursos financeiros conforme seu porte. Suas responsabilidades e competências são redefinidas nas normativas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

As capacitações e formações realizadas no campo do sistema socioeducativo em meio aberto são de fundamental importância para uma qualidade no atendimento e, principalmente, para a ressignificação dos

adolescentes em conflito com a lei que necessitam de um acompanhamento para planejar seu futuro e serem beneficiados pelo bem-estar social legada pela sua condição cidadã.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu artigo 88, dispõe sobre o princípio da municipalização da execução das medidas socioeducativas em meio aberto. Entre os procedimentos para a implementação do Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto deverão constar a realização de capacitações/formações contínuas de técnico/equipe de referência que atuam no serviço. É tal dispositivo que prevê a obrigatoriedade da formação de profissionais para o atendimento das demandas reprimidas do sistema.

Ressalta-se que a exigência de capacitações/formações dos profissionais atuantes no sistema socioeducativos estão condicionados antes mesmo do início do atendimento aos adolescentes. Assim, considera-se que as capacitações e formações contínuas devem ser priorizadas para os operadores do sistema socioeducativo, conforme dispõe a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS):

[...] a qualificação dos serviços socioassistenciais disponibilizados à sociedade depende da estruturação do trabalho, da qualificação e valorização dos trabalhadores (e trabalhadoras) atuantes no SUAS (NOB-RH/SUAS, 2006, p. 15).

Desse modo, considerando necessário a construção planejada das capacitações e formações continuadas, foi produzida uma pesquisa para aferir o quantitativo de técnicas(os) que receberam capacitação ou formação continuada no período pandêmico, a fim de que de construir uma visão de priorização da meritocracia dos técnicos socioeducativos, reafirmando a necessidade de qualidade do serviço ofertado para que não ocorra a sua descontinuidade ou mesmo a perda de informações, registros, prontuários e experiências acumuladas no município.

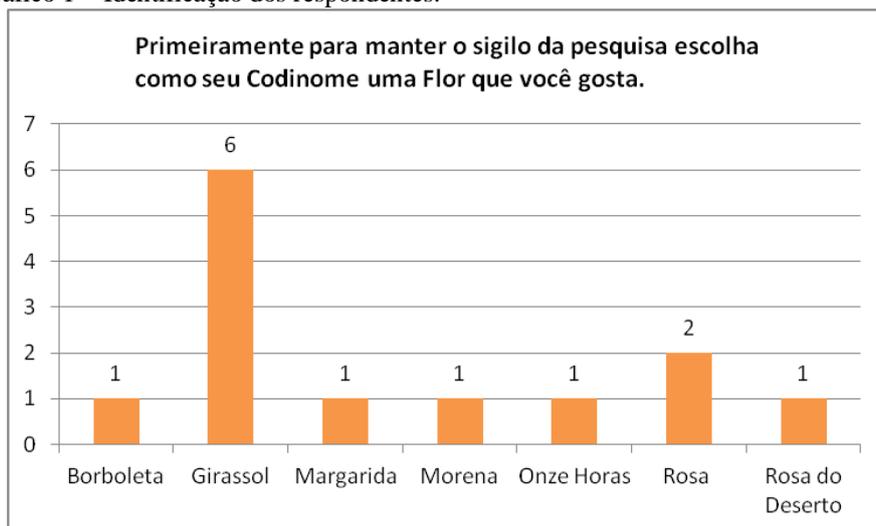
Assim, como são previstas pelas tecnologias administrativas da maioria das políticas públicas bem-sucedidas (ALVES e VIEIRA, 1995), o que se propala coma a pesquisa de resultados aqui expostos é a necessidade do desenvolvimento de competências institucionais por meio do implemento de “competências individuais e culturas corporativas colaborativas”, meta, que,

para todos os procedimentos institucionais impõe-se à requalificação dos serviços prestados.

Para a consecução do estudo, foi utilizado o uso das Tecnologias de Informação e da Comunicação (TICs) através da ferramenta ‘Formulário Google’, que foi transmitido para 13 técnicos atuantes no sistema socioeducativo em meio aberto. O instrumental apresentou seis perguntas fechadas, que abordavam, entre outros aspectos, o perfil individual desses técnicos e os seus envolvimento com medidas de incentivo à formação.

Em primeira análise, buscou aplicar o questionário somente com profissionais atuantes no sistema socioeducativo. Preservou-se o anonimato dos respondentes e utilizou-se para identificação nome de flores. Além disso, os respondentes assinaram o Termo de Livre Conhecimento Esclarecido (-TCLE) que anunciava os propósitos da pesquisa.

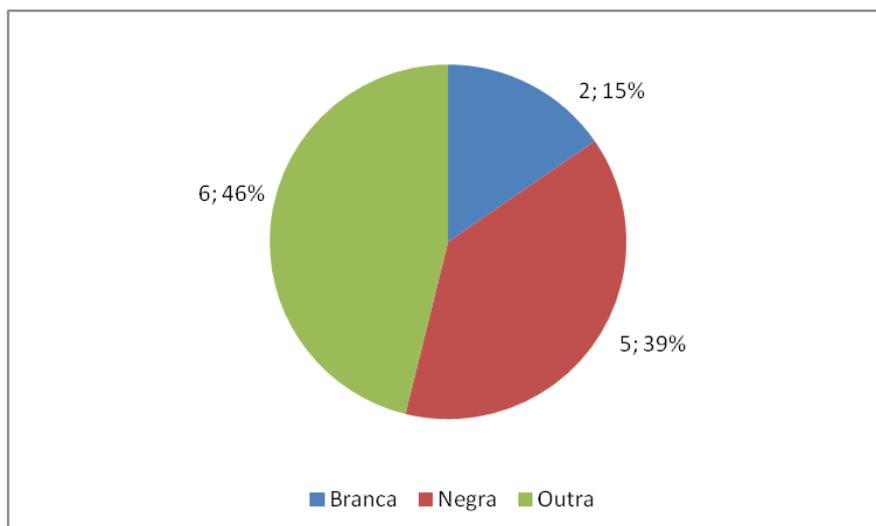
Gráfico 1 – Identificação dos respondentes.



Fonte: Viana (2022).

Evidenciou-se que os respondentes se concentram na faixa etária entre 23 a 60 anos de idade, e que a maioria (46%) se identificaram como sendo da etnia “outro”, enquanto que 39% se consideraram da etnia negra e 15% se consideraram da etnia branca. Os números da autodeclaração étnica demonstram que ainda é baixa a participação da população negra nas esferas de execução medial e final da política.

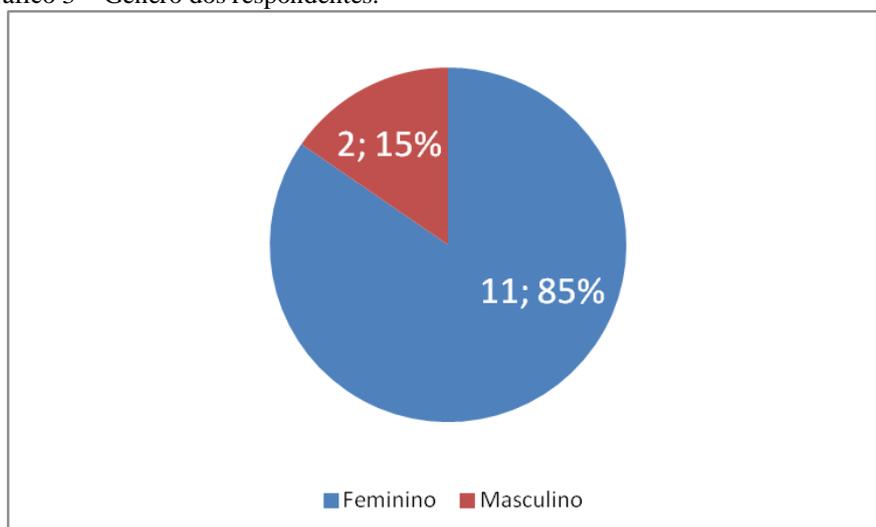
Gráfico 2 – Etnia dos respondentes



Fonte: Viana (2022).

Com relação ao gênero foi oferecida as seguintes identificações: feminino, masculino e não binário, sendo que 85% se identificaram como feminino, 15% como masculino e nenhum como não binário.

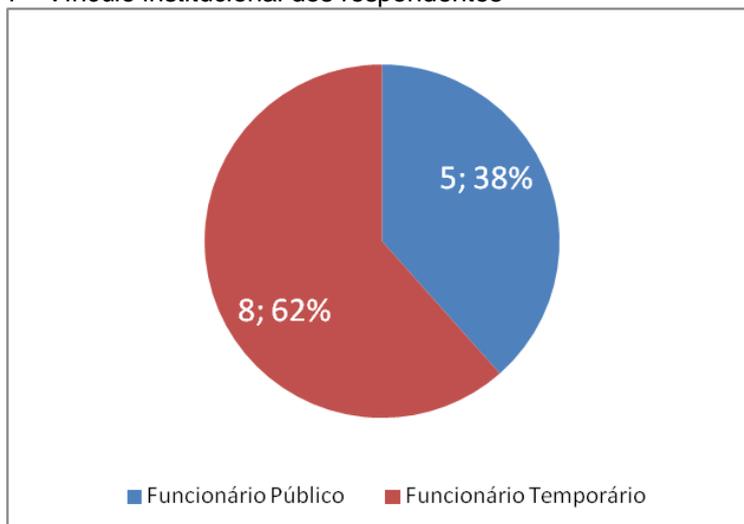
Gráfico 3 – Gênero dos respondentes.



Fonte: Viana (2022).

Constatou-se que a maioria dos profissionais atuantes no sistema socioeducativo são temporários (62%), e que somente 38% são servidores efetivos. Dos servidores efetivos, apenas um é concursado, apesar de ter ocorrido concursos nos últimos cinco anos.

Gráfico 4 – Vínculo institucional dos respondentes



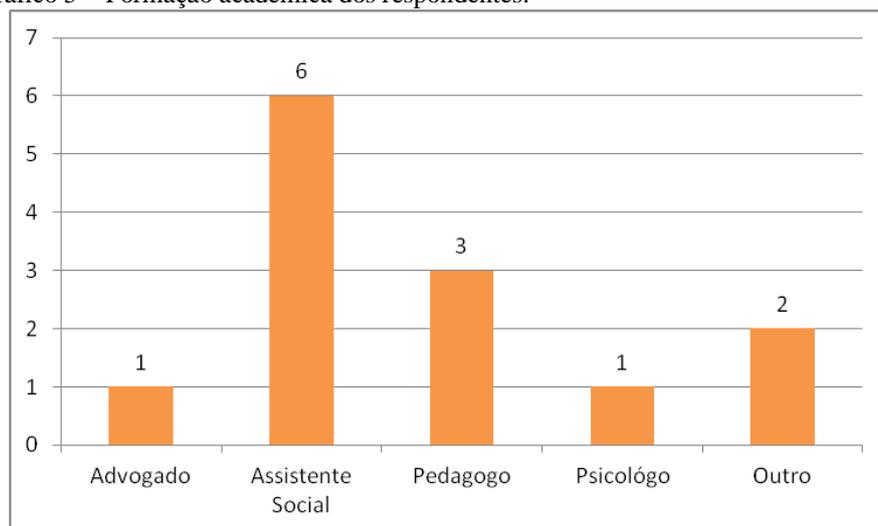
Fonte: Viana (2022).

Como formação acadêmica, e seguindo a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social, a Resolução n. 269, de 13 de dezembro de 2006, e os parâmetros para a composição da equipe de referência do Centro de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS, foi identificado que 6 profissionais são assistentes sociais, 1 profissional da advocacia, 1 da psicologia, 3 da pedagogia e 1 de outras áreas.

É possível perceber que apenas no município de Porto Nacional a equipe do serviço de medidas socioeducativas em meio aberto está completa, por possuir a unidade pública e estatal do CREAS, e a maior parte dos profissionais possui vínculo temporário com a administração pública e serem formados em Serviço Social.

Há uma patente diversidade de profissionais no município de Porto Nacional que contemplam a unidade pública do CREAS. De acordo com a Lei do Sinase, é de competência da instituição promover uma política de formação dos recursos humanos, garantindo que a formação extensiva às suas formações iniciais sejam ofertadas pelo CREAS.

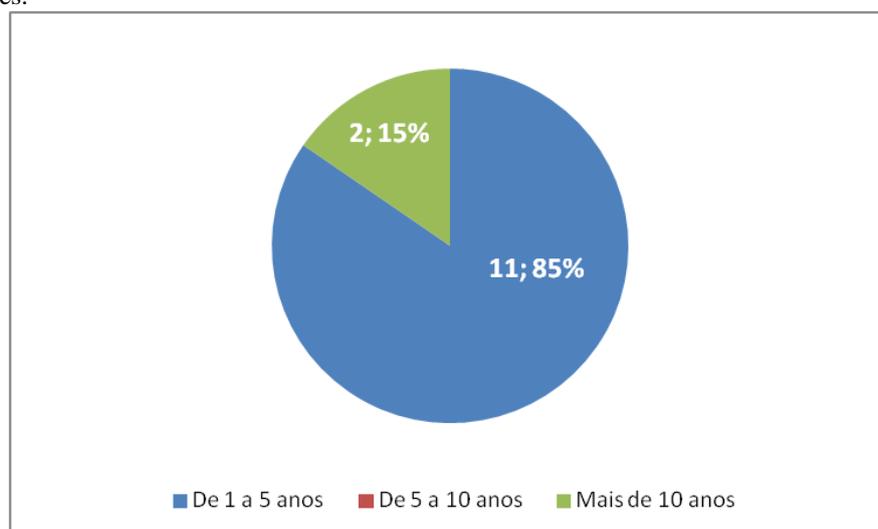
Gráfico 5 – Formação acadêmica dos respondentes.



Fonte: Viana (2022).

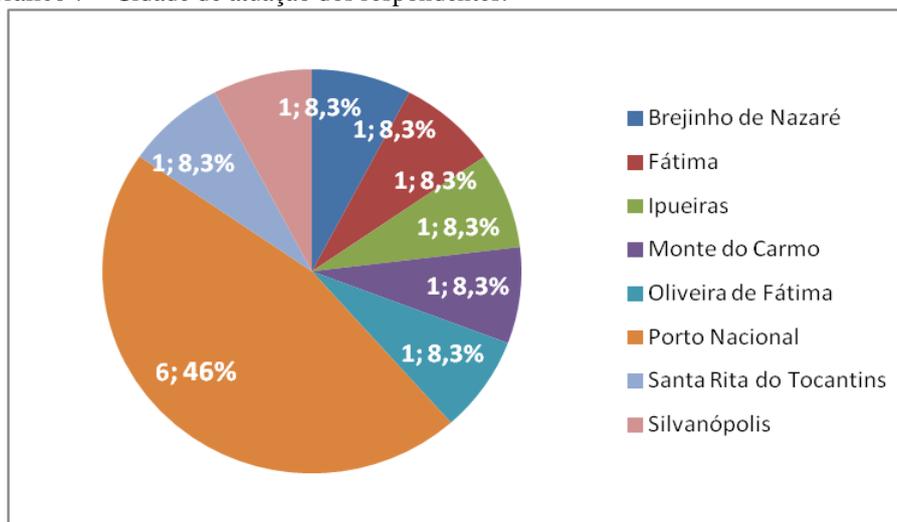
Verifica-se que o tempo de atuação no serviço de medidas socioeducativas em meio aberto compreende, em 85% dos casos, de 1 a 5 anos e, em 15% dos casos, em mais de 10 anos.

Gráfico 6 – Tempo de atuação no Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto dos respondentes.



Fonte: Viana (2022).

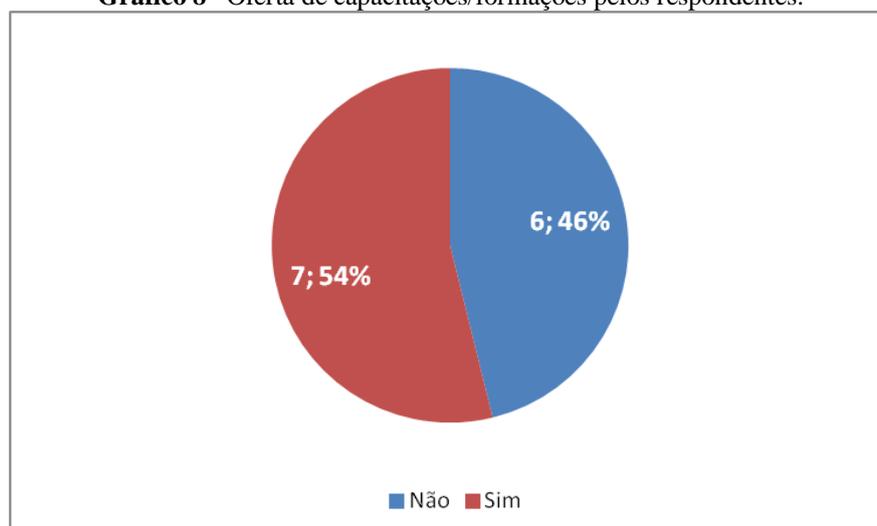
Gráfico 7 – Cidade de atuação dos respondentes.



Fonte: Viana (2022).

Dentre as cidades da Comarca de Porto Nacional, 46% dos respondentes atendem no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS no município de Porto Nacional, 8,3% na cidade de Brejinho de Nazaré, 8,3% na cidade de Fátima, 8,3% na cidade de Ipueiras, 8,3% na cidade de Monte do Carmo, 8,3% na cidade de Oliveira de Fátima, 8,3% na cidade de Santa Rita do Tocantins e 8,3% na cidade de Silvanópolis através das Técnicas (os) de Referência da Proteção Especial.

Gráfico 8 – Oferta de capacitações/formações pelos respondentes.



Fonte: Viana (2022).

Dessa forma, foi lançada a pergunta se os respondentes tiveram ofertas no âmbito municipal de capacitações/formações no campo das medidas

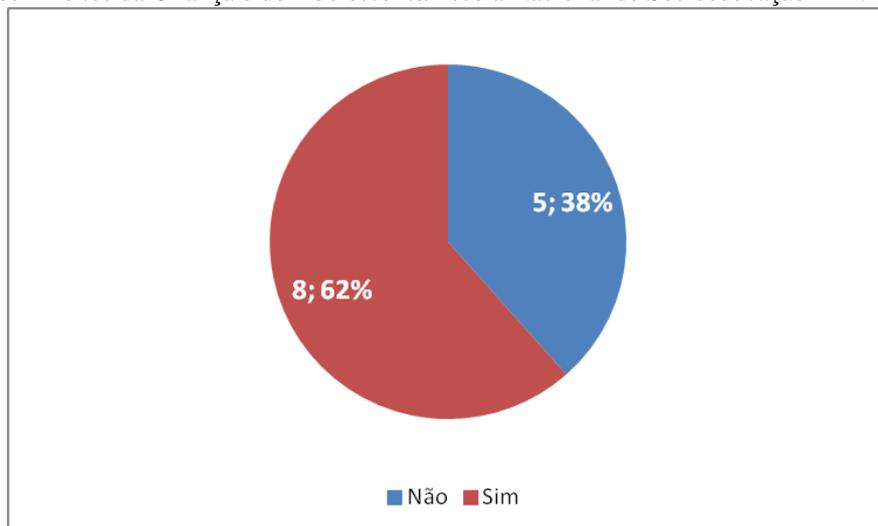
socioeducativas em meio aberto, à qual 54% responderam que sim, enquanto 46% respondeu que não foi ofertado capacitações/formações.

É possível observar que, dos municípios que conseguiram realizar as capacitações, a maioria tiveram suas ofertas pelo próprio município e seguindo os parâmetros da ENDICA/ENS.

A ENDICA/ENS proporciona formação continuada para os diferentes profissionais que atuam direta ou indiretamente no Sistema Socioeducativo, em conformidade com o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo- Resolução do Conanda 119/2006 e Lei Federal n. 12594/2012, através de uma unidade metodológica e curricular aplicada nos municípios brasileiros. Tal orientador tem sido de extrema importante para a padronização técnica das ofertas.

Os conteúdos ofertados estão de acordo com a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS - PNEP/SUAS, permitem que a equipe técnica ou técnico de referência priorizem reflexões sobre o sistema socioeducativo.

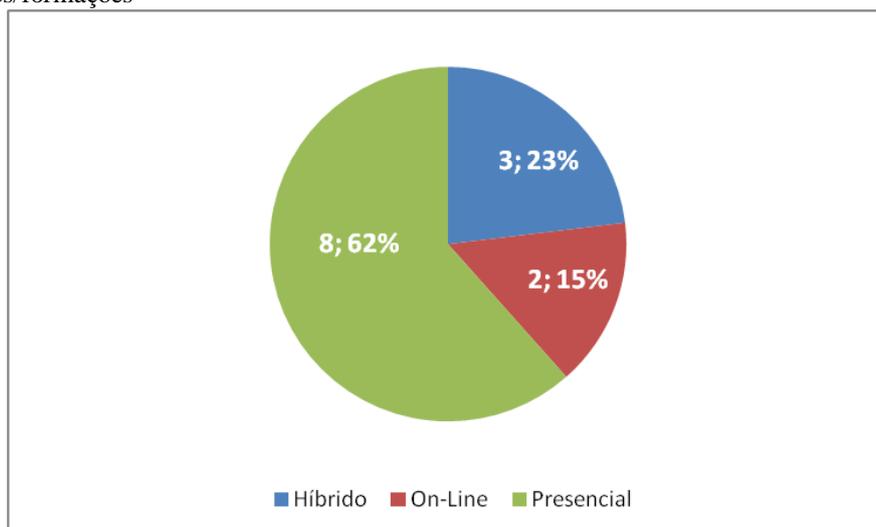
Gráfico 9 – Conhecimentos dos respondentes de cursos on-line ofertados pelo portal Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente/Escola Nacional de Socioeducação - ENDICA/ENS.



Fonte: Viana (2022).

Ao indagar sobre o conhecimento dos profissionais atuantes no sistema socioeducativo em meio aberto de cursos *online* ofertados pelo portal Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente/Escola Nacional de Socioeducação- ENDICA/ENS, 62% dos respondentes afirmaram conhecer a plataforma, enquanto 38% não a conhecem.

Gráfico 10 – Preferência dos respondentes no formato de aplicação dos cursos capacitações/formações



Fonte: Viana (2022).

Ao indagar sobre a forma como os técnicos preferem as capacitações e formações, 62% responderam que de maneira presencial, 15% responderam *online* e 23% em modalidade híbrido. Foi possível identificar que a maioria das capacitações/formações ofertadas pelos municípios no período pandêmico ocorreram de forma presencial.

É notório que mesmo considerando o período pandêmico, os profissionais ainda preferem ser capacitados de forma presencial; fator que deve dificultar a realização de novas edições caso perdure a pandemia ou adentremos em outros períodos excepcionais como este. No entanto, e para a frustração do interesse desses técnicos, a grande maioria das capacitações/formações ofertadas nos últimos anos – e principalmente no período da pandemia – foram quase que 100% *online* e puderam ser mediadas por uma instrutora(or) e realizadas de forma híbrida, obedecendo protocolo de biossegurança.

Assim, depreende-se a necessidade da adoção de medidas de conscientização e incentivo técnico para que os profissionais realizem continuamente as capacitações de forma *online*; ou da maneira que melhor favorecer a efetividade das políticas de formação em cada contexto municipal. Há que se analisar, futuramente, se os desafios legados pelo período pandêmico, com toda a cultura informatizada e mediatizada virtualmente que ele garantiu, produziram impactos nas disposições formativas desses

profissionais. Também considerando se as prefeituras continuam sensíveis às disposições legais que incentivam medidas de qualificação profissional.

CONCLUSÃO

Os dados organizados pela pesquisa – e o que instrui a literatura especializada nos assuntos da avaliação continuada e participativa de políticas públicas e das ações de aperfeiçoamento profissional em meio institucional público (ALVES e VIEIRA, 1995) – fazem perceber que incentivo formativo – e, mais do que isso, o incentivo formativo de pessoal por meio de novas tecnologias facilitadoras, como o ensino à distância e seus desdobramentos técnicos – dever ser uma constante por vários motivos: (i.) a dinâmica social cria fenômenos que obrigam a atualização dos procedimentos relacionais dos profissionais com os casos que eles devem assistir; (ii.) a qualidade da formação tem impacto direto requalificação continuada do serviço prestado, no reconhecimento institucional e na continuidade de suas ações; e (iii.) é certo que outros estados de exceção sanitária devem ocorrer nos próximos anos, por isso é importante afirmarmos nossas capacidades técnicas de adequação a contextos adversos.

A capacitação é de grande relevância para os que atuam na rede socioassistencial e requer alinhamento entre os níveis de governo (União, Estado e municípios), que deverão seguir agendas compatíveis e implementação de regras e regulamentos com foco no aprimoramento do fortalecimento da gestão e garantia e consolidação dos direitos dos socioeducandos.

A qualidade da capacitação se dimensiona na formulação de políticas públicas, resgatando o lugar da assistência social na proteção social e valorizando os operadores do sistema socioeducativo. Fora de tal ambiente de valorização e especialização profissional continuada, corre-se o risco de legar as ações públicas a uma mera reprodução técnica de dispositivos que perderam suas eficácias transformadoras ao longo do tempo, e que agora são apenas medidas para confirmação de metas sem sintonia com as demandas sociais reprimidas.

Não é demais lembrar que a assistência provida pelas unidades e centros socioeducativos através dos seus técnicos funciona sempre como um organismo em franca atualização, pois as histórias de vida e as casuística sociais que levam os jovens a cometerem atos inflacionários partem de um meio em que sempre a realidade se complexifica progressivamente. Tal complexidade é a mesma que demanda aprimoramento do olhar técnico e contínua sensibilização das práticas institucionais (ZAMORA, 2005). É nesse ponto que entra a necessidade do incentivo formativo; mas não de qualquer formação, e sim daquelas que priorizam a humanização do trabalho técnico (e do trabalho do corpo técnico-profissional) e a sua versatilidade ante as condições adversas; como é o caso da realidade excepcional criada pela pandemia do covid-19.

Fica provado que a pandemia mais recente atuou tanto quanto um obstáculo à efetivação de benefícios públicos, quanto também escancarou e incentivou mudanças nos mecanismos internos de funcionamento dos centros e unidades socioeducativas. Um desses favorecidos foram os profissionais da área – psicólogos e assistentes sociais, principalmente – que, parcialmente privados do potencial de suas atuações, passaram a ter suas importâncias revistas pelo sistema. Espera-se que esse olhar renovado para a relevância de suas atuações se desdobre em políticas executivas de valorização do conhecimento e da qualidade de vida de agora em diante.

Em virtude do mesmo período pandêmico, as capacitações online ofertadas pela Escola Nacional de Socioeducação têm contribuído na qualificação introdutória de forma contínua com conteúdos essenciais do Sistema Único de Assistência Social; a maioria deles alinhados às metas previstas para o desenvolvimento de habilidades e capacidades técnicas.

Assim, a realização das capacitações/formações se direcionam a uma busca constante de aprimoramento do processo de trabalho da gestão e dos serviços e benefícios socioassistenciais.

É tempo de adequação ao período pandêmico – deste e de outros que porventura virão, ao longo dos próximos anos –, permitindo que a modalidade *online* desenvolvida e aprimorada nesse momento atue, definitivamente, com uma moderna metodologia pedagógica a permitir interações entre uma tutor(a)

/mediador(a) e os grupos de cursistas, sem a necessidade da presença física e com a qualidade que o processo formativo requer.

Dessa forma, o desempenho dos operadores do sistema socioeducativo que buscarem as capacitações/formações continuadas será configurada em um serviço de medidas socioeducativas em meio aberto de excelência com capacidade técnica para enfrentamento dos desafios cotidianos em prol da ressignificação dos contextos e das trajetórias de vida das crianças e dos adolescentes atendidos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Edgard Luiz Gutierrez; VIEIRA, Carlos Alberto dos Santos. Qualificação profissional: uma proposta de política pública. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 12, p. 117-146, 1995. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Downloads/143-Texto%20do%20Artigo-460-1-10-20091014.pdf> Acesso em: 12 de jan. de 2022.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990. Brasília: MDS, 1995.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social. Resolução n. 269, de 13 de dezembro de 2006. Brasília, 2006. p. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOB-RH_SUAS_Anotada_Comentada.pdf Acesso em 7 de jan. de 21022.

BRASIL. Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, Distrito Federal: 2016, p. 49-49. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/caderno_MSE_0712.pdf Acesso em 7 de jan. de 21022.

BRASIL. *Constituição Federativa do Brasil*. República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. Brasília, Senado Federal, 1990.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 269/ 2006. *Aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social*. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=104175>. Acesso em: 12 de jan. de 2022.

BRASIL. Lei 12.594. *Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo* - 2012. Disponível em: [http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/legislacao/outras/Sinase_Lei.pdf/view#:~:text=12.594\)%20%E2%80%93%20sancionada%20pela%20presidente%20Dil](http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/legislacao/outras/Sinase_Lei.pdf/view#:~:text=12.594)%20%E2%80%93%20sancionada%20pela%20presidente%20Dil)

ma,de%20apura%C3%A7%C3%A3o%20das%20infra%C3%A7%C3%B5es%20cometidas. Acesso em: 12 de jan. de 2022.

BRASIL, Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 4/2013. *Institui a Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único da Assistência Social – PNEP/SUAS*.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos (SDH). *Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: Diretrizes e eixos operativos para o SINASE*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.

CARVALHO, Sonia Nahas de. Avaliação de programas sociais: balanço das experiências e contribuição para o debate. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 17, n. 3-4, p. 185-197, jul./dez. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/dQCXTWYHKWFgFSJbY7SbsBK/?lang=pt> Acesso em: 12 de jan. de 2022.

COSTA, Frederico Lustosa da; CASTANHAR, José Cezar. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p. 962-969, set./out. 2003. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/12350/avaliacao-de-programas-publicos--desafios-conce---> Acesso em: 12 de jan. de 2022.

DESLANDES, Suely Ferreira. “A construção do projeto de pesquisa”. In: MINAYO, Maria Cecília de Sousa (Org.) et al. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 19. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, n. 23, p. 7-70, jan./jun. 2001.

LAISNER, Regina Claudia. Metodologias participativas em avaliação de políticas públicas: tendências e possibilidades desde uma abordagem política. *Aval – Revista Avaliação de Políticas Públicas*, v. 1, n. 15, 2019, p. 80-97. Disponível: <http://periodicos.ufc.br/aval/article/view/41549>. Acesso em: 12 de jan. de 2022.

ZAMORA, Maria Helena. *Para além das grades: elementos para a transformação do Sistema Socioeducativo*. Rio de Janeiro: Editora PUC-RIO, 2005.

APÊNDICES E ANEXOS

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezada (o) Participante,

Eu, **Quinara Resende Pereira da Silva Viana**, Cursista da *Especialização em Garantia dos Direitos e Política de Cuidados à Criança e ao Adolescente* promovida pela Escola Nacional de Socioeducação - ENS e pela Faculdade de Educação - FE da Universidade de Brasília - UnB, solicito seu apoio para participar da construção da pesquisa: **Capacitar e formar em tempos pandêmicos: uma avaliação participativa das ações socioeducativas em meio aberto do Centro de Referência Especializado de Assistência Social e dos técnicos de referência da Proteção Especial da Comarca de Porto Nacional, Tocantins.**

A pesquisa procura o objetivo de evidenciar de que forma as capacitações/formações em meios institucionais do serviço de medidas socioeducativas em meio aberto foram realizados no período pandêmico.

Sua participação não é obrigatória e está garantida a desistência em qualquer momento da pesquisa. A sua recusa não trará qualquer prejuízo na sua relação com os pesquisadores.

Se concordar, você irá participar do preenchimento de um Questionário on-line via Google Formulário onde abordaremos os seguintes assuntos: Qualificação do Atendimento Socioeducativo, o Fortalecimento Intersectorial com as Políticas Públicas de acordo com a Constituição Federal (1988), Estatuto da Criança e Adolescente – ECA (1990), Convenção Internacional sobre o Direito da Criança (1990), Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes (SGDCA).

Toda a pesquisa encontra-se dentro do que apregoam das Resoluções nº 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Os arquivos serão salvos em mídia digital, sob guarda e responsabilidade do pesquisador responsável por cinco anos, não sendo mantidos em nuvens de arquivos. Ainda excluiremos destes arquivos qualquer identificação como nomes.

As suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial. Isto quer dizer que em nenhum momento será divulgado seu nome ou qualquer dado que o/a identifique. Estando assegurada sua privacidade de identidade, saiba que os dados poderão ter seus resultados divulgados em revistas e/ou trabalhos científicos. Qualquer informação que possa facilitar a sua identificação será omitida. Também não será divulgada a instituição em que foi realizado o estudo ou a cidade, sendo referida apenas como uma cidade de porte médio e interior.

A/o senhor/a ao aceitar participar da pesquisa irá: 1. Eletronicamente aceitar participar da pesquisa, 2. A assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) lhe será enviado via endereço de e-mail ou Whatsapp e deve ser devolvido assinado, 3. Responder ao questionário on-line que terá tempo gasto para seu preenchimento em torno de 10 minutos. Caso não concorde, basta fechar a página do navegador. Caso desista de

participar durante o preenchimento do questionário e antes de finalizá-lo, os seus dados não serão gravados, enviados e nem recebidos pelo pesquisador e serão apagados ao se fechar a página do navegador. Caso tenha finalizado o preenchimento e enviado suas respostas do questionário e após decida desistir da participação, deverá informar os pesquisadores desta decisão e estes descartarão os seus dados recebidos sem nenhuma penalização.

Os riscos que você estará exposta/o ao participar da pesquisa são caracterizados por possíveis desconfortos, exposição ou incômodos, seja com alguma pergunta ou por constrangimento com alguma informação concedida. Com o intuito de garantir minimização destes riscos e o fortalecimento da confiança serão tomados cuidados pelo pesquisador.

Você não receberá remuneração pela participação e nem terá custo algum, mas terá direito a ressarcimento caso haja algum gasto. É garantido o direito a indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, não previstos nos riscos acima.

O trabalho está sendo orientado pelo Professor Dr. Potyguara Alencar dos Santos, e-mail: potyguara.alencar@ufpi.edu.br

Período da Pesquisa: De 16 a 21 de janeiro de 2022.

Pesquisadores responsáveis: Quinara Resende Pereira da Silva Viana e Potyguara Alencar dos Santos

Contato com o Pós Graduando: (63) 98461-2661 ou pelo E-mail: juridico.semasportocacional@gmail.com

Declaro o cumprimento das diretrizes e normas reguladoras de pesquisas envolvendo seres humanos, exigidas pela Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde.

Quinara Resende Pereira da Silva Viana
RG 022.090, 2ª via, SSP-TO/CPF 618.878.541-34

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO

Pelo presente consentimento, declaro que fui informado (a) de forma detalhada sobre os objetivos e benefícios da pesquisa intitulada: **Capacitar e formar em tempos pandêmicos: uma avaliação participativa das ações socioeducativas em meio aberto do Centro de Referência Especializado de Assistência Social e dos técnicos de referência da Proteção Especial da Comarca de Porto Nacional, Tocantins.**, e concordo participar de forma voluntária da mesma, não me opondo à gravação digital. Estou ciente de que em qualquer momento posso retirar meu consentimento em participar da pesquisa.

Brasília - DF, _____ de _____ de 2022.

Assinatura da (o) Participante

Roteiro do Questionário da Pesquisa

Olá! Eu, Quinara Resende Pereira da Silva Viana, Cursista da *Especialização em Garantia dos Direitos e Política de Cuidados à Criança e ao Adolescente* promovido pela Escola Nacional de Socioeducação - ENS e pela Faculdade de Educação - FE da Universidade de Brasília – UnB, venho por meio deste solicitar seu auxílio, se possível, para que eu possa realizar a construção do meu Trabalho de Pesquisa: **Capacitar e formar em tempos pandêmicos: uma avaliação participativa das ações socioeducativas em meio aberto do Centro de Referência Especializado de Assistência Social e dos técnicos de referência da Proteção Especial da Comarca de Porto Nacional, Tocantins.**

A pesquisa procura o objetivo de evidenciar de que forma as capacitações/formações em meios institucionais do serviço de medidas socioeducativas em meio aberto foram realizados no período pandêmico. Seu anonimato será mantido.

Identificação

Escolha como codinome uma flor que você gosta.

1) Qual sua idade?

2) Você se reconhece pertencendo a qual etnia?

() Branca () Indígena () Negra () Outra

3) Com relação ao gênero você se vê como?

() Feminino () Masculino () Não binário () Prefiro não dizer

4) Qual seu vínculo institucional?

() Funcionária(o) Público () Funcionária (o) Temporária (o)

5) Qual sua formação acadêmica?

() Advogada (o) () Assistente Social () Pedagoga (o) () Psicóloga (o) () Outra

6) Há quanto tempo atua no Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto?

() de 1 a 5 anos () de 5 a 10 anos () mais de 10 anos

7) Em qual cidade da Comarca de Porto Nacional-Tocantins compreende sua atuação?

Brejinho de Nazaré Fátima Ipueiras Monte do Carmo
 Oliveira de Fátima Porto Nacional Santa Rita do Tocantins
Silvanópolis

8) No período pandêmico foi ofertado no âmbito municipal capacitações/formações no campo das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto?

Sim Não

9) Você tem conhecimento de cursos on-line ofertados pelo Portal Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente/Escola Nacional de Socieducação-ENDICA/ENS?

Sim Não

10) Você prefere cursos on-line ou presencial para capacitações/formações?

On-line Presencial Híbrido (Misto)

Obrigada

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICOS

Nome	Página
Gráfico 1 – Identificação dos respondentes	15
Gráfico 2 – Etnia dos respondentes	16
Gráfico 3 – Gênero dos respondentes	16
Gráfico 4 – Vínculo institucional dos respondentes	17
Gráfico 5 – Formação acadêmica dos respondentes	18
Gráfico 6 – Tempo de atuação no Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto dos respondentes	18
Gráfico 7 – Cidade de atuação dos respondentes	19
Gráfico 8 – Oferta de capacitações/formações pelos respondentes	19
Gráfico 9 – Conhecimentos dos respondentes de cursos on-line ofertados pelo portal Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente/Escola Nacional de Socioeducação-ENDICA/ENS	20
Gráfico 10 – Preferência dos respondentes no formato de aplicação dos cursos capacitações/formações	21

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

CONEP- Comissão Nacional de Ética

CREAS- Centro de Referência Especializado de Assistência Social

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

ENDICA- Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

ENS- Escola Nacional de Socioeducação

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

NOB-RH/SUAS- Norma Operacional Básica de Recursos Humanos/Sistema Único de Assistência Social

SARS-Cov-2 - Covid 19

Sinase- Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SUAS- Sistema Único de Assistência Social

TCLE- Termo de Livre Conhecimento Esclarecido

TICs- Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação

UHE- Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães